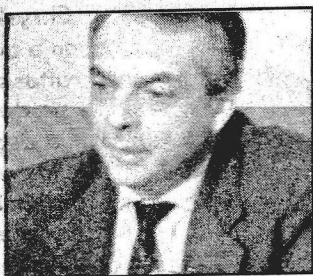
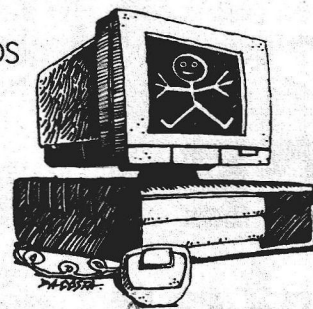


ECONOMIA



Bôgus: carro popular

Nesta página: o plano de retomada do crescimento econômico defendido pelo governo exige US\$ 4 bilhões e depende da aprovação do ajuste fiscal. A questão dos juros levou os ministros Correa e Haddad a discutir durante a reunião do fim de semana. **Página 9:** o governo mantém o programa de abertura da economia mas quer estimular a competitividade empresarial. **Página 11:** como as propostas do ministro Paulo Haddad repercutiram entre empresários e economistas. A seção **Informática** mostra o ingresso da WordPerfect na multimídia.



WordPerfect: software para quem gera mapas.

Clon - Brasil

Programa depende do ajuste

RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SÓ SERÁ POSSÍVEL SE FOR APROVADO NOVO IMPOSTO

O plano de retomada do crescimento econômico do governo Itamar Franco depende da aprovação do ajuste fiscal para se tornar realidade. Isto porque o Tesouro Nacional não dispõe dos recursos necessários para implementar as metas anunciadas durante a reunião ministerial, realizada sexta-feira e sábado passados. Os investimentos na recuperação das rodovias e na construção de casas populares são estimados em cerca de US\$ 4 bilhões. A fonte para o financiamento desses gastos será o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), cuja criação depende ainda da aprovação do ajuste fiscal que está no Congresso. "Todo o programa precisa do ajuste para ser viabilizado", admitiu ontem um ministro de Estado.

Sem o IPMF, Itamar Franco não terá como viabilizar o seu programa de governo. Do total da arrecadação do IPMF (estimado em US\$ 7,5 bilhões), 20% seriam destinados ao programa de construção das casas populares. Embora as despesas para a recuperação das rodovias já estejam definidas no Orçamento da União de 1993, as receitas viriam do IPMF e das mudanças nas regras do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, que já foram aprovadas na Câmara.

Se o ajuste fiscal não for aprovado, o governo ficará também em uma situação difícil na área previdenciária, porque a nova política salarial aprovada na semana passada pelo Congresso criou despesas impossíveis de serem bancadas pela Previdência Social sem um reforço adicional em seu caixa. Além disso o governo precisa conseguir os recursos necessários para viabilizar o pagamento da isonomia salarial, cujas despesas estão sem cobertura de receita no Orçamento da União de 1993. A nova política salarial estabelece um salário mínimo equivalente a US\$ 100 a partir de janeiro, com antecipações bimestrais de 60% da inflação, com forte impacto sobre o caixa da Previdência Social, porque a Constituição estabelece que nenhum benefício pago aos aposentados poderá ser inferior ao salário mínimo.

O agravante é que a aprovação do ajuste fiscal no Congresso não será tranquila, pois não existe um consenso entre as forças políticas

que dão sustentação ao governo Itamar Franco para viabilizar um quórum de três quintos na Câmara e no Senado para a aprovação da reforma. O governo foi obrigado a adiar a votação do ajuste para janeiro ao constatar a dificuldade que teria para obter um quórum de três quintos ainda este ano. Mas há polêmica sobre a possibilidade de o novo imposto, a ser criado em janeiro, poder ser cobrado no mesmo ano (veja texto abaixo).

Além da votação problemática do orçamento da União de 1993, da votação da nova lei salarial e das explosivas articulações para a eleição do presidente da Câmara, as negociações em torno do ajuste fiscal emperravam em virtude da indefinição do presidente em exercício Itamar Franco sobre as diretrizes econômicas que serão seguidas daqui para a frente. Na semana em que o ajuste iria ser colocado em votação na Câmara, o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, pediu demissão e o economista Dércio Munhoz, chamado para conversar com Itamar Franco, criticou o ajuste fiscal e disse que ele seria "uma nova derrota" no País.

O ajuste fiscal enfrenta a oposição sistemática e agressiva do PDS, que tem no deputado Delfim Netto (SP) o seu principal ponto de lança. Além dessa resistência do PDS, o projeto de ajuste fiscal que interessa ao governo terá que resistir às pressões dos defensores do Imposto Único que tentarão votar o substitutivo do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), já aprovado na comissão especial criada para estudá-lo. O substitutivo de Luiz Roberto Ponte está "na reserva" para a eventualidade de que o Congresso rejeite o projeto do governo.

Com a aprovação do ajuste, o governo também pretende recomprar 10% dos títulos públicos federais, que estão fora da carteira do Banco Central, até o final de 1994. A ideia é utilizar 50% da receita a ser obtida com o IPMF (algo em torno de US\$ 3,75 bilhões) na compra desses títulos. Com isso, o BC espera aumentar a credibilidade dos papéis do governo e realizar uma mudança do perfil da dívida pública. A recompra poderia ajudar o governo a reduzir ainda mais as taxas de juros reais.

RIBAMAR OLIVEIRA



Itamar Franco: nova fonte de recursos.

Projeto criando novos impostos gera polêmica

Assessores do governo garantem que mesmo sendo criados em janeiro, o IPMF e a CVA poderão ser cobrados em 1993. Para eles, esses impos-

tos não precisam obedecer ao princípio da anterioridade. O tributarista Antônio Carlos Rodrigues do Amaral disse que o argumento do governo é polêmico e pode ser questionado. Já em relação à exclusão do CVA do princípio da anterioridade, ele concorda com o governo.



Veja os principais pontos do plano Haddad

Os principais pontos do programa econômico e social, elaborado pelo ministro do Planejamento e da Fazenda Paulo Haddad, e aprovado pelo presidente em exercício Itamar Franco, depois de dois dias de reunião ministerial, são os seguintes:

- Implantação de um programa social e econômico que restabeleça o poder de compra da população de baixa renda, reduzindo os preços dos alimentos e das tarifas dos serviços públicos utilizados por esse segmento da sociedade.
- Investimento de US\$ 1,5 bilhão em projetos de infra-estrutura com a recuperação de estradas e implantação de corredores de escoamento da produção agrícola para reduzir o preço dos alimentos.
- Criação de um programa de construção de casas populares com investimentos de US\$ 2,5 bilhões, que deverão gerar um milhão de novos empregos em todo o País.
- Incentivos às exportações para garantir a ampliação da receita com as vendas externas de US\$ 36 bilhões para US\$ 50 bilhões em 1993.
- Os investimentos pretendem assegurar um aumento da atividade econômica a índices da ordem de 5% a 6% ao ano, nos próximos dois anos.
- Redução gradual das taxas de juros por meio de uma ação diária do Banco Central no mercado, mas sem ferir as regras estabelecidas. O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) definirão linhas especiais de crédito, com juros mais baixos, destinados aos setores econômicos que podem gerar empregos.
- A recompra antecipada de 10% dos títulos da dívida interna que estão fora da carteira do Banco Central, até o final do governo. Com essa medida o governo espera que a credibilidade e a liquidez dos títulos aumentem e o Banco Central possa melhorar o perfil da dívida interna, o que contribuirá para a queda dos juros no mercado.
- Itamar Franco autorizou a área econômica a fazer acordos setoriais com a iniciativa privada, inicialmente com a indústria automobilística e a agro-indústria, para fixar metas de produção, emprego, investimento, produtividade e exportação. Em troca, o governo promete reduzir gradualmente a carga tributária, criar linhas de crédito específicas e promover desregulamentação para o setor. As metas serão checadas a cada trimestre.
- Redefinição do programa de privatização com o objetivo de torná-lo mais firme, ágil e seguro, de modo a garantir que o patrimônio nacional não seja dilapidado em vendas que não atendam os interesses do País. Ao mesmo tempo, o governo quer ampliar a participação do capital estrangeiro para que este possa adquirir até 100% do controle acionário das estatais consideradas estratégicas. Itamar quer que o capital externo seja bem tratado pois ele será fundamental para a retomada do crescimento econômico.
- O fenômeno das desigualdades sociais será incorporado na definição dos aumentos das tarifas e preços dos serviços públicos. A preocupação é de sempre onerar menos as camadas mais pobres da população. Itamar quer que o ministério faça o planejamento de médio e longo prazos levando em conta as desigualdades regionais e sociais.
- O presidente Itamar Franco fez questão de deixar bem claro que seu governo não irá adotar nenhum instrumento heterodoxo como a pré-fixação de preços, juros e câmbio ou dolarização da economia. Garantiu também que não existe nenhuma intenção de promover o calote da dívida interna, como o alongamento compulsório dos prazos de vencimento dos títulos públicos.
- Os recursos para bancar os planos de desenvolvimento sairão do orçamento fiscal - recursos obtidos com a arrecadação de impostos - e de empréstimos a serem obtidos junto a organismos internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e os Exibanks.
- Complementação da educação fundamental da mão-de-obra jovem por meio da capacitação profissional (integração governo, Senai-Senac e empresas).
- Desenvolvimento de novas tecnologias (eletrônica, informática, biotecnologia, novos materiais e novas formas de energia); estímulo à competição, por meio da abertura gradual da economia e adoção de novos métodos de administração voltados para a qualidade e a produtividade.
- Definição de padrões mínimos de qualidade para a nova escola, com autonomia e objeto de permanente avaliação pedagógica.
- Desenvolvimento de sistema de ciência e tecnologia atualizado com a produção internacional.